

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.879 - SP (2018/0323574-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : OLINDINA ROSA DA CONCEIÇÃO**  
**ADVOGADOS : AYRTON MENDES VIANNA - SP110408**  
**THIAGO RAMOS VIANNA - SP279419**  
**RECORRIDO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO - SP229058**  
**MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA JULGADO QUE DETERMINA A DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA AGUARDAR DECISÃO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por OLINDINA ROSA DA CONCEIÇÃO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1415):

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO ESPECIAL. ECONOMIA PROCESSUAL. SOBRESTAMENTO. DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO OU DE RETRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. IRRECORRIBILIDADE. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do STJ entende que, por medida de economia processual e para evitar decisões conflitantes, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional justifica o sobrestamento dos Recursos Especiais que tratem da mesma questão jurídica a ser definida pelo STF.

2. "Não se deve conhecer do recurso de agravo interno impugnando a decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que observe a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, tendo em vista que o aludido sobrestamento não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, motivo pelo qual é irrecorrível" (AgInt no REsp 1.663.877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 04/09/2017). Precedentes.

3. Agravo interno não conhecido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1425/1431), alega a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 5.º, inciso LV, e 102, inciso III, alínea "a", ambos da Constituição Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustenta, em síntese, que "a violação constitucional objeto do recurso presente se dá pela falta de prestação jurisdicional pelo MM. Juízo '*a quo*', autoridade máxima em matéria infraconstitucional, que furtou-se em oportunizar à parte a mais ampla defesa com o uso dos meios e recursos possíveis para a satisfação da pretensão".

Aduz que "a negativa de prestação jurisdicional se deu no momento em que a decisão colegiada recorrida manteve decisão monocrática que não analisou o recurso especial da parte".

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1437/1445.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o relator do agravo em recurso especial objeto deste apelo extremo, ao constatar a existência de repercussão geral da controvérsia em exame, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, onde deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE nº 827.996/DF (fls. 1280/1285).

Interposto agravo interno, o colegiado não conheceu do recurso em face da irrecorribilidade da decisão proferida.

Daí, o manejo do presente recurso extraordinário, também manifestamente incabível.

Com efeito, o recurso extraordinário requisita que a causa esteja decidida, o que não se verifica quando há mera determinação de sobrestamento do feito a fim de se aguardar a orientação dos Tribunais Superiores acerca a matéria.

Ademais, a admissão do presente recurso subverteria a lógica de julgamento das demandas repetitivas, que prevê expressamente a suspensão do processamento dos processos pendentes que versem sobre a questão.

Ante o exposto, nos termos do art. 22, § 2º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente